

VASCONCELLOS; André Luis Rodrigues¹, JUNIOR; Antonio Jose Alves²

RESUMO

Código:PVCS3210-2022 Partindo de um arcabouço teórico keynesiano e inspirado nas preocupações de Barba e Pivetti (2008) sobre a sustentabilidade do consumo apoiado no endividamento das famílias em um ambiente de baixos salários, por sua semelhança ao quadro brasileiro da pandemia, a pesquisa explora a relação entre o crescimento do crédito às pessoas físicas, a evolução do consumo agregado e a expansão da demanda agregada, bem como a relação entre o crédito às pessoas físicas, o grau de endividamento e o comprometimento da renda com o pagamento do serviço da dívida. Este trabalho tem como objetivo analisar a sustentabilidade do consumo apoiado no financiamento bancário e não bancário às pessoas físicas, das finanças das famílias e do consumo agregado no Brasil, iniciando da pandemia da COVID-19. Utilizando o arcabouço de Minsky (1982, 1986); adaptado para as finanças familiares, a abordagem utilizada foi a de correlação entre os dados de inadimplência e endividamento, coletados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), da Confederação Nacional do Comércio (CNC), e da Pesquisa Endividamento do SERASA, além de Estatísticas Monetárias e de Crédito do Banco Central do Brasil (BCB). Foi utilizado também dados de emprego e renda oriundos dos Dados Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com Minsky (1982, 1986) a fragilização das finanças pessoais estaria relacionada ao aumento súbito do desemprego depois de um período de crescimento. A situação da Pandemia, contudo, é melhor explicada a partir de Barba e Pivetti (2008), que aplicadas às famílias brasileiras, propõe que elas têm recorrido ao crédito bancário e não bancário para sustentar seu padrão de consumo devido à renda insuficiente para assegurar a subsistência, prejudicada pela estagnação da economia brasileira e agravada pela perda de rendimentos na pandemia. A continuidade desse processo estaria, portanto, ameaçada, pois o risco de inadimplência está aumentando, como o aumento do comprometimento da renda pessoal com o pagamento de juros e amortizações, bem como um aumento da inadimplência do financiamento com recursos livres para pessoas físicas sugerem. De fato, o aumento da inadimplência tem feito com que os bancos recuem sua oferta de crédito à pessoa física para se proteger do risco. Macroeconomicamente, além das políticas de contenção dos gastos do governo, como o Novo Marco Fiscal, e do efeito recessivo dos juros altos da política monetária, a perda de dinamismo econômico também tem sido causada pela retração da oferta de crédito, que tem seu papel na redução da demanda agregada e do emprego, tendendo a criar um ciclo destrutivo de falta de crédito e inatividade econômica.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Bancária, Macroeconomia, Consumo, Famílias, Inadimplência, Dívidas, Economia Monetária e Fiscal

¹ ECSiFin da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), alrvasconcellos@gmail.com

² ECSiFin da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), antonioj@ufrrj.br